PLANO DE AÇÃO 2025

ANDI Comunicação e Direitos

PLANO DE AÇÃO 2025

Nome: ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Nome Fantasia: ANDI – Comunicação e Direitos

Endereço: SDS Ed. Miguel Badya, Bloco L, Salas 316 e 318 – Brasília/DF.
CEP: 70394-901

CNPJ: 36.751.345/0001-24

Nossa História

Sobre a ANDI

A ANDI - Comunicação e Direitos foi criada formalmente em 1993, após três anos de atuação voluntária iniciada em 1990, com o propósito de promover a comunicação como instrumento de defesa dos direitos humanos, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável. Desde então, a organização tornou-se referência na promoção de um diálogo ético e qualificado entre redações jornalísticas, universidades, organizações da sociedade civil, poderes públicos, organismos internacionais e o setor privado.

Em 2011, a organização passou a adotar oficialmente a denominação ANDI - Comunicação e Direitos, refletindo a ampliação de seu escopo e a consolidação de uma missão mais abrangente. Desde então, suas ações estruturam-se em três vetores interligados:

1. **Infância e Juventude:** fortalecimento da proteção integral e da prioridade absoluta;
2. **Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável:** promoção da equidade e da justiça socioambiental;
3. **Políticas de Comunicação:** democratização da informação e qualificação das práticas jornalísticas.

Ao longo de sua trajetória, a ANDI consolidou-se como uma das mais importantes organizações da América Latina dedicadas à comunicação e aos direitos humanos, acumulando mais de 50 prêmios e reconhecimentos, como o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, o Prêmio UNICEF Criança e Paz, o Prêmio UNESCO, o Prêmio Criança da Fundação Abrinq e o Prêmio Líbero Badaró. Sua metodologia e tecnologia social foram reaplicadas em larga escala por meio da criação da Rede ANDI Brasil (2000–2013), com presença em 12 estados, e da Rede ANDI América Latina, fundada em 2003 e ativa em 13 países, fortalecendo a integração entre comunicação, políticas públicas e mobilização social.

Missão

Potencializar a comunicação como instrumento de garantia de direitos e de promoção da diversidade, da inclusão social e do enfrentamento das desigualdades estruturais.

Visão

Ser agente de transformação na construção e qualificação de políticas públicas e de proteção social e ambiental por meio de estratégias inovadoras de comunicação.

Valores

- Valorização da diversidade
- Promoção da equidade
- Pluralidade de ideias
- Ética e transparência
- Transformação social
- Compromisso com a qualidade
- Construção coletiva e participativa
- Engajamento e afetividade

Entre 2018 e 2021, a ANDI assumiu a Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI): a maior rede de defesa da primeira infância no Brasil, composta por mais de 200 organizações e instituições públicas e privadas. Nesse período, coordenou projetos de grande alcance, como "Primeira Infância é Prioridade" e a campanha "Criança é Prioridade nas Eleições", além de idealizar e lançar o Observa – Observatório do Marco Legal da Primeira Infância e apoiar a reedição de publicações fundamentais, como o Plano Nacional pela Primeira Infância e o Guia para Elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância. Essa experiência reforçou o papel da ANDI como articuladora entre Estado e sociedade civil, combinando comunicação estratégica, incidência política e produção de conhecimento aplicado.

Nos últimos anos, a ANDI ampliou sua rede de parcerias e reafirmou seu protagonismo como organização articuladora da sociedade civil. Desde 2022, juntamente com o Instituto Alana, exerce a coordenação executiva do Movimento Agenda 227, uma articulação nacional voltada à defesa da prioridade absoluta de crianças e adolescentes nas políticas públicas brasileiras. O movimento expandiu sua presença em todo o país e consolidou-se como um espaço de convergência e incidência política de referência no campo dos direitos da infância.

Estrutura Legal e Governança

A ANDI, fundada em 18 de maio de 1993, é uma associação privada, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, democrática e pluralista. Seus órgãos de governança são:

Assembleia Geral: órgão deliberativo máximo, composto por todos os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Diretoria Executiva: órgão responsável pela gestão e administração da instituição, composta por:

- Miriam Izabel Albernaz Cordeiro – Diretora Executiva
- Ana Potyara Tavares – Diretora Administrativa-Financeira
- Mariana Rodrigues – Assistente de Diretoria
- Vanessa Miranda – Assistente Financeira
- Antônia Conceição – Auxiliar Administrativa
- Flávia Falcão – Jornalista
- Aline Macedo – Designer Gráfica
- Ivanete Cardoso – Serviços Gerais

Conselho Fiscal: responsável pela análise dos relatórios contábeis e financeiros, composto por:

- Michelle Amaro Meneses
- Milton Ferreira de Carvalho

Consultores de Projetos:

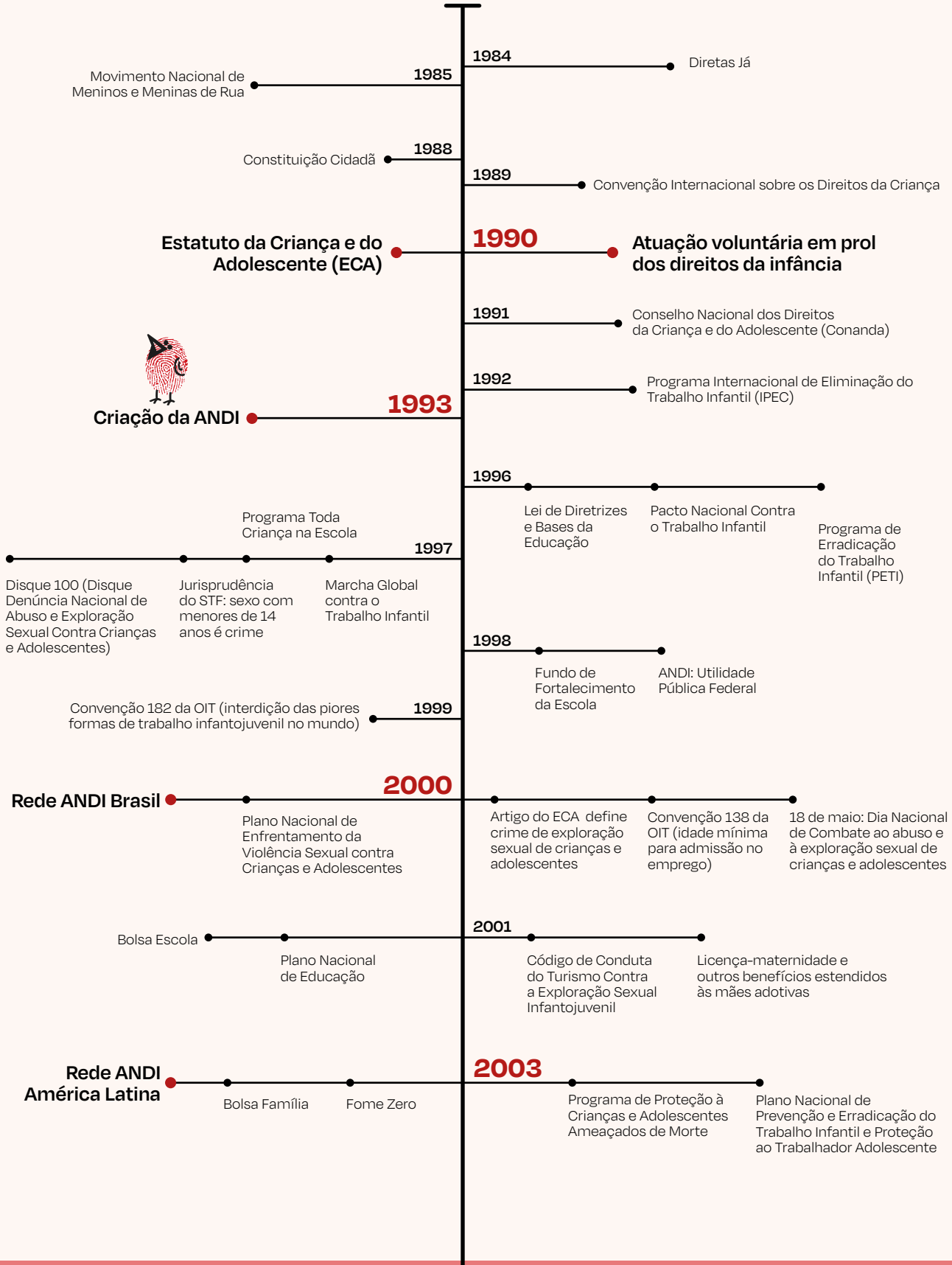
- Aline Falco
- Breno Procópio
- Clara Medeiros
- Diana Barbosa
- Hermes Pena
- João José Miguel (Veet Vivarta)
- Marcos Urupá
- Mariana Lavez
- Marta Avancini
- Matheus Feitosa
- Matheus Ribeiro
- Paula Gratão
- Thais M. Gawryszewski

Associados:

- Antonio Augusto Gomes da Silva
- Bia Barbosa
- Flávio Debique
- Marcos Daudt
- Cida Camarano
- Raquel Fuzaro

Linha do Tempo

Esta linha do tempo demonstra a história da conquista de direitos no Brasil e registra alguns de seus marcos, na perspectiva de recompor o contexto socioeconômico e político que motivou a criação da ANDI, legitimou e continua a validar o trabalho da organização.



2004
- Lei de Acessibilidade
- Cotas para negros na UnB

2006
- Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
- Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos
- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)

2007
- Sistema de Classificação Indicativa

2008
- Obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas
- Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

2009
- Lei sobre Adoção (valorização de vínculos afetivos)

2010
- Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
- Estatuto da Igualdade Racial
- Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI)

2011
- ANDI Comunicação e Direitos

2012
- Lei do Sinase
- STF: sistema de cotas para negros é constitucional

2014
- Resolução 163 do Conanda: publicidade infantil é abusiva
- Estatuto da Primeira Infância aprovado pela Câmara dos Deputados
- Lei 13.010 - Lei do Menino Bernardo
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC)

2016
- Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016)

2017
- Lei 13.436/2017 - Garante o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação
- Lei 13.436/2017 - Garante o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação
- Lei 13.431 - Lei da Escuta Protegida

2018
- HC Coletivo 143.641 substituiu a prisão preventiva por domiciliar para presas gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência (originou a Lei 13.769/2018)

2019
- Lei nº 13.811/2019 proibindo o casamento de menores de 16 anos em qualquer circunstância

2020
- OBSERVA
- 3ª edição do Guia para Elaboração de Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI)
- Revisão e atualização do Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI)

2021
- Decreto nº 10.701 - Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes

2022
- **Lançamento do Movimento Agenda 227**
  A Sociedade Civil e a campanha presidencial de 2022

2023
- Reestruturação do site ANDI e nova homepage
- **Plano País para a Infância e a Adolescência**
  Documento orientador da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente

2024
- Campanha "Prioridade Absoluta nas Eleições 2024"
- Participação no G20 Social e na COP 29

Introdução

O Plano de Ação ANDI - Comunicação e Direitos para 2025 projeta o novo ciclo de trabalho da instituição, orientado pelas conquistas, aprendizados e desafios identificados ao longo de 2024. O documento apresenta as diretrizes estratégicas, os objetivos e as ações prioritárias que irão guiar a atuação da ANDI no próximo ano, reafirmando seu compromisso histórico de fortalecer a comunicação como instrumento de transformação social, promoção da equidade e garantia de direitos humanos.

Mais do que um roteiro operacional, o plano expressa uma visão integrada de futuro, que articula os projetos institucionais em torno de eixos de ação complementares — comunicação, advocacy, produção de conhecimento, incidência internacional, governança e sustentabilidade. Cada eixo traduz o esforço da ANDI em conectar informação, políticas públicas e mobilização social, consolidando a organização como referência nacional e regional no campo da comunicação e dos direitos da infância.

A proposta reflete também o momento de amadurecimento institucional vivido pela ANDI: uma equipe estruturada, uma rede sólida de parceiros e financiadores, e uma atuação cada vez mais conectada com agendas globais de democracia, justiça climática e proteção integral de crianças e adolescentes. Com base nesse alicerce, o Plano de Ação 2025 busca não apenas dar continuidade às iniciativas consolidadas, mas também abrir novas frentes de inovação, diálogo e impacto social.

Diretrizes Gerais para 2025

As ações previstas para 2025 estão organizadas a partir de um conjunto de diretrizes estratégicas que orientam o posicionamento e a atuação da ANDI - Comunicação e Direitos no próximo ciclo. Essas diretrizes reafirmam a identidade institucional da organização e consolidam um modelo de trabalho baseado em inovação, articulação em rede e sustentabilidade.

1. Comunicação como eixo estruturante

Fortalecer a comunicação como instrumento de incidência política, sensibilização social e mobilização cidadã, promovendo narrativas plurais, baseadas em evidências e comprometidas com os direitos humanos.

2. Atuação em rede e cooperação interinstitucional

Intensificar a presença da ANDI em espaços de formulação e monitoramento de políticas públicas, ampliando parcerias com organizações da sociedade civil, fundações, órgãos governamentais e organismos internacionais.

3. Produção e difusão de conhecimento

Expandir a produção editorial e técnica da instituição, garantindo acessibilidade e disseminação de conteúdos sobre infância, juventude, justiça, sustentabilidade e comunicação democrática.

4. Incidência internacional e diálogo regional

Aprofundar a participação da ANDI em fóruns multilaterais — como a Cúpula das Américas, a OEA e a COP 30 — articulando a pauta da infância e da comunicação nas agendas globais de democracia e clima.

5. Governança, sustentabilidade e inovação institucional

Aprimorar os mecanismos de gestão, transparência e monitoramento de resultados, diversificando fontes de financiamento e investindo na qualificação contínua da equipe e dos processos internos.

Eixo 1 | **Institucional**

Fortalecimento da Gestão, Governança e Sustentabilidade

Objetivo Geral. Aprimorar os processos de gestão administrativa, financeira e organizacional da ANDI, garantindo sustentabilidade institucional, transparência e eficiência na execução de projetos e parcerias.

Principais Ações 2025

Governança e Planejamento:

- Criação do Código de Ética e Conduta da ANDI;
- Realização de planejamento participativo anual com a equipe executiva e consultores;
- Padronização dos processos de prestação de contas e monitoramento de resultados.

Gestão Financeira e Transparência:

- Aprimoramento da contabilidade e controladoria, com foco em relatórios analíticos e previsões orçamentárias;
- Fortalecimento das práticas de compliance e auditoria;
- Ampliação do painel de controle financeiro com acompanhamento de contratos e metas.

Captação e Sustentabilidade:

- Diversificação da base de financiadores e parceiros institucionais ;
- Elaboração e submissão de novos projetos a editais nacionais e internacionais;
- Atualização do banco de projetos e plano de captação com foco em multidoadores.

Gestão de Pessoas e Comunicação Interna:

- Revisão de políticas de integridade e atualização periódica do Termo de Compliance.
- Criação de um programa de desenvolvimento da equipe, com ações de formação e integração;
- Atualização do manual de políticas internas (trabalho híbrido, segurança da informação, LGPD);
- Promoção de canais permanentes de comunicação e feedback.

Infraestrutura e Inovação:

- Revisão da estrutura física e digital de trabalho (equipamentos, licenças e softwares colaborativos);
- Implantação de ferramentas integradas de gestão de projetos e documentos (Google Workspace);
- Organização do acervo institucional e digitalização de documentos históricos.

Resultados Esperados:

- Processos administrativos e financeiros padronizados e integrados;
- Relatórios financeiros e institucionais padronizados e publicados no site;
- Transparência ampliada nas relações com financiadores e parceiros;
- Diversificação de fontes de recursos e maior previsibilidade orçamentária;
- Equipe fortalecida e engajada, com rotinas institucionais claras;
- Ambiente físico e digital adequado ao crescimento organizacional.

Em 2025, o fortalecimento institucional da ANDI representará um marco de consolidação de sua governança, de modernização dos processos e de valorização da equipe. A organização seguirá investindo na transparência, na gestão compartilhada e no aprimoramento de seus mecanismos internos, garantindo maior eficiência e sustentabilidade para o cumprimento de sua missão. Esse movimento reforçará a credibilidade da ANDI junto a parceiros e financiadores, consolidando-a como referência na gestão ética e na execução de projetos de impacto social.

Eixo 2 | **Comunicação**

Objetivo Geral. Consolidar a comunicação institucional como eixo estratégico da missão da ANDI, potencializando a visibilidade pública, a incidência e o diálogo com a sociedade.

Principais Ações 2025

- Ampliar o alcance digital das campanhas e fortalecer o engajamento nas redes sociais;
- Criar novas *collabs* institucionais e ampliar parcerias com jornalistas, veículos e redes temáticas;
- Reforçar o Boletim Infância na Mídia e atualizar o portal da ANDI, priorizando acessibilidade e SEO institucional;
- Realizar campanhas integradas em torno de agendas prioritárias: orçamento da infância, educação inclusiva, uso de telas e direitos digitais;
- Garantir presença e cobertura da COP 30, com produção audiovisual e conteúdo jornalístico;
- Implementar sistema de indicadores de alcance e impacto comunicacional.

Resultados esperados

- Aumento de 25% no alcance digital e no engajamento orgânico;
- Produção de 5 campanhas nacionais e 2 especiais;
- Crescimento da base de mailing e novos parceiros de mídia.

Em 2025, a comunicação da ANDI se consolidará como eixo central de fortalecimento institucional e de incidência pública. A organização aprofundará o uso estratégico da comunicação como instrumento de mobilização social, produzindo conteúdos qualificados e campanhas de alto impacto em defesa dos direitos humanos, da infância e da democracia. Essa atuação reforçará a identidade da ANDI como referência na comunicação de interesse público e ampliará o alcance de suas narrativas em redes, mídias e espaços de decisão.

Eixo 3 | Atuação em Redes e Espaços de Incidência Coletiva

Objetivo Geral. Fortalecer a presença da ANDI em fóruns e coalizões estratégicas, ampliando sua capacidade de articulação política e técnica para defesa de direitos e comunicação democrática.

Principais Ações 2025

- Participar ativamente das redes e fóruns: **RNPI, FNDC, FNPETI, Coalizão pela Socioeducação, Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência, Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva, Rede Não Bata Eduque**;
- Contribuir nas agendas do **CNDH, CASC** e do **GT para o Uso Consciente de Telas**;
- Produzir notas públicas e relatórios de incidência coletiva;
- Integrar campanhas conjuntas sobre **classificação indicativa, direitos digitais e infância protegida**;
- Participar de eventos e fóruns nacionais de políticas públicas e comunicação.

Resultados esperados

- 10 ações interinstitucionais desenvolvidas em parceria;
- Ampliação do protagonismo da ANDI em redes nacionais e internacionais;
- Produção de 3 documentos de advocacy e posicionamento público.

Em 2025, a atuação da ANDI em redes e espaços de incidência coletiva se consolidará como uma estratégia essencial para o fortalecimento do diálogo democrático e da cooperação interinstitucional. A organização seguirá ampliando sua presença em fóruns e coalizões nacionais, contribuindo com posicionamentos técnicos e articulando agendas convergentes em defesa dos direitos humanos, da infância e da comunicação. Essa inserção fortalecerá o papel da ANDI como agente de articulação e de construção coletiva, aprofundando vínculos com parceiros e projetando sua voz em espaços decisórios de relevância nacional e internacional.

Eixo 4 | **Foro Ciudadano de las Américas** (FCA Brasil)

Objetivo Geral. Consolidar o Cenário Nacional do Foro Ciudadano de las Américas (FCA Brasil) como espaço permanente de articulação democrática, incidência internacional e diálogo entre sociedade civil brasileira, organismos multilaterais e governo federal, em preparação para a XI Cúpula das Américas.

Principais Ações 2025

- Fortalecimento do Cenário Nacional do FCA-Brasil, ampliando a participação de organizações da sociedade civil comprometidas com a defesa da democracia, dos direitos humanos e dos espaços de participação social.
- Articulação com o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), por meio de reuniões e diálogos com a Embaixadora responsável pela coordenação da Cúpula das Américas no Brasil, reforçando o protagonismo da sociedade civil no processo preparatório.
- Realização do Diálogo Aberto "Construindo um Hemisfério Seguro, Sustentável e de Prosperidade Compartilhada", promovendo o debate sobre segurança democrática, sustentabilidade e cooperação interamericana.
- Reunião com a Secretaria da Cúpula das Américas da OEA, para apresentação das contribuições brasileiras ao processo de consulta hemisférica e à construção da agenda temática da XI Cúpula das Américas.
- Consulta Nacional Brasileira da Sociedade Civil, realizada em formato híbrido, reunindo representantes de organizações, movimentos e especialistas para sistematizar recomendações e propostas do Brasil à Secretaria da Cúpula da OEA.
- Elaboração de insumos e documentos de posicionamento, com foco em temas como democracia digital, combate à desinformação, fortalecimento institucional e participação cidadã.
- Intercâmbio contínuo com a RedLad e demais cenários nacionais do FCA, compartilhando experiências e promovendo o engajamento regional de organizações brasileiras em cursos, debates e eventos da OEA e da Cúpula.

Resultados Esperados

- Participação ativa do FCA-Brasil no processo de construção da XI Cúpula das Américas;
- Produção de insumos técnicos e relatórios de contribuições do Brasil para a agenda hemisférica;
- Ampliação da rede nacional de organizações engajadas no movimento FCA;
- Fortalecimento da relação com o Itamaraty e com a Secretaria da Cúpula das Américas da OEA;
- Inserção da ANDI como articuladora estratégica da sociedade civil brasileira nos espaços interamericanos de diálogo.

Indicadores

- 4 reuniões institucionais realizadas com o MRE e a Secretaria da OEA;
- 1 Consulta Nacional híbrida concluída;
- 1 Diálogo Aberto nacional realizado;
- 3 relatórios e documentos de contribuição elaborados;
- +10 novas organizações engajadas no Cenário Nacional do FCA-Brasil.

A atuação da ANDI na coordenação do FCA-Brasil em 2025 reafirmará seu papel como articuladora estratégica da sociedade civil no sistema interamericano. Em um contexto de retomada democrática e de reconstrução das pontes entre Estado e sociedade, o movimento buscará fortalecer o diálogo entre organizações, governo e organismos multilaterais, garantindo que as vozes da sociedade brasileira estejam representadas na XI Cúpula das Américas. Essa presença ativa posicionará o FCA-Brasil como um espaço de referência para o debate público sobre democracia, direitos humanos, participação cidadã e desenvolvimento sustentável, consolidando o compromisso da ANDI com a incidência internacional e com a defesa dos valores democráticos no continente.

Eixo 5 | **Agenda 227:** Fortalecimento do Movimento e Monitoramento do Plano País

Objetivo Geral. Consolidar a Agenda 227 como movimento nacional de incidência política pela prioridade absoluta dos direitos de crianças e adolescentes, fortalecendo sua governança, a articulação territorial e o diálogo com o poder público nas esferas municipal, estadual e federal.

Principais Ações 2025

- **Implementação do projeto de Monitoramento do Plano País**, com análise de 75 metas prioritárias distribuídas entre 22 Grupos de Trabalho, coordenado por consultoria externa sob supervisão da equipe executiva e colegiada da Agenda 227.
- **Reativação e condução do GT Orçamento**, promovendo ciclo formativo em três etapas sobre orçamento público municipal, com mais de 50 organizações participantes de todas as regiões.
- **Mobilização territorial e incidência municipal**, com ampliação da rede de signatárias (chegando a 509 organizações) e organização do *Encontro Ampliado Agenda 227: Mobilização e Incidência Municipal*, reunindo mais de 100 organizações locais.
- **Elaboração do Projeto 2026**, com quatro eixos estruturantes voltados às Eleições Presidenciais e Estaduais:
  - Fortalecimento Institucional e Alinhamento Político-Estratégico;
  - Mobilização Nacional e Incidência Federal;
  - Mobilização Local nas Eleições Estaduais;
  - Comunicação e Articulação com a Imprensa.
- **Aprofundamento da Teoria de Mudança**, consolidada em processo participativo com oficinas e consulta às organizações signatárias.
- **Fortalecimento da Comunicação**, com campanhas de alto engajamento, boletins mensais, impulsionamento de publicações e aumento do alcance digital (crescimento de mais de 700% em alcance e 998% em visualizações no Instagram).
- **Ampliação da captação de recursos**, com apoio de: Fundação Van Leer, Instituto Alana, Fundação José Luiz Egydio Setúbal, Fundação FEAC, Fundação Itaú Social e United Way.

Resultados Esperados

- Conclusão do Relatório de Monitoramento do Plano País e publicação nacional dos resultados.
- Ampliação da articulação com governos estaduais e federais para incorporação das metas priorizadas.
- Fortalecimento das capacidades técnicas das organizações signatárias em orçamento público e advocacy.
- Consolidação da Agenda 227 como referência nacional em incidência intersetorial e em mobilização eleitoral pela infância e adolescência.

Indicadores

- 22 Grupos de Trabalho mobilizados no processo de monitoramento;
- 75 metas analisadas e sistematizadas;
- 3 oficinas de orçamento público realizadas;
- 1 Encontro Nacional e 1 Encontro Ampliado realizados;
- 100+ organizações participantes das formações;
- 509 signatárias ativas até setembro de 2025.

A atuação da Agenda 227 em 2025 consolidará o movimento como um espaço de articulação plural e propositiva, capaz de influenciar políticas públicas e promoverá o diálogo entre sociedade civil e Estado. Em um contexto de reconstrução democrática e de preparação para o ciclo eleitoral de 2026, a Agenda reafirmará sua vocação de mobilizar organizações, produzir evidências e fortalecer a cultura da prioridade absoluta nas gestões públicas. O movimento avançará, assim, para uma nova etapa de institucionalização e incidência qualificada, articulando comunicação, mobilização territorial e monitoramento técnico como instrumentos de transformação social e política em favor da infância e adolescência brasileiras.

Eixo 6 | **Comunicação e Sustentabilidade Global** (ANDI na COP 30)

Objetivo Geral. Ampliar a participação da ANDI em espaços internacionais de diálogo sobre clima, infância e comunicação.

Principais Ações 2025

- Participar da **COP 30,** promovendo a perspectiva da infância e comunicação climática;
- Produzir conteúdo audiovisual, cobertura jornalística e notas públicas durante o evento;
- Contribuir com a **Agenda 227** e parceiros internacionais em pautas de justiça climática.

Resultados esperados

- 1 relatório temático sobre infância e clima;
- Cobertura da COP 30;
- Inserção da ANDI em pelo menos 2 redes internacionais sobre sustentabilidade.

A atuação da ANDI na COP 30 se destacará por sua capacidade de conectar comunicação, meio ambiente e direitos da infância em um mesmo campo de incidência. Durante 2025, a organização fortalecerá sua presença em redes internacionais e contribuirá com propostas e narrativas voltadas à inclusão da perspectiva da infância nas políticas climáticas. Por meio de conteúdos audiovisuais, reportagens e coberturas colaborativas, a ANDI buscará sensibilizar gestores, comunicadores e o público sobre a urgência de integrar justiça social e ambiental nas agendas públicas.

Conclusão

O Plano de Ação ANDI - Comunicação e Direitos de 2025 traduz um ciclo de fortalecimento e integração das principais frentes que compõem a atuação da organização. A partir da convergência entre comunicação, governança e incidência política, a ANDI seguirá ampliando seu impacto social, reafirmando o compromisso com a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

Mais do que um conjunto de metas, este plano expressa uma visão de futuro e uma declaração de propósito: fortalecer a comunicação como instrumento de mobilização, diálogo e transformação. Com uma equipe dedicada e uma rede de parceiros comprometidos, a instituição continuará conectando vozes, articulando saberes e promovendo ações que inspiram mudanças reais na vida de crianças, adolescentes e comunidades em todo o país.

Ao consolidar sua presença em redes nacionais e internacionais, aprimorar sua gestão e inovar nas estratégias de comunicação, a ANDI reafirmará sua missão essencial de utilizar estrategicamente a comunicação para proteger, educar e transformar, contribuindo para a construção de um Brasil mais justo, plural e democrático.

Ao integrar comunicação, governança e incidência, a ANDI reafirma sua vocação como ponte entre informação, política pública e mobilização social.

ANDI Comunicação e Direitos